

Exército abala imagem do GSI

Polícia Federal ganha protagonismo na segurança do presidente Lula e deixa o Gabinete de Segurança Institucional em segundo plano

» INGRID SOARES
» KELLY HEKALLY
Especial para o **Correio**

Ingrid Soares/CB/DA Press



A Guarda Presidencial é responsável pela segurança do Palácio do Planalto, mas o presidente Lula afastou militares de seu gabinete

Antes mesmo de tomar posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) já planejava, a curto prazo, ter sua segurança pessoal a cargo da Polícia Federal (PF), tarefa que desempenhará temporariamente, pelos próximos seis meses. Na cúpula do governo, não há, por ora, discussão para reduzir esse prazo e devolver a atribuição ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI), historicamente responsável pela função, que se estende à primeira-dama, Janja Lula da Silva, aos filhos do presidente, ao vice, Geraldo Alckmin (PSB), e à esposa Lu e aos filhos.

A mudança gerou mal-estar no Ministério da Defesa e no GSI e afetou o dia a dia de policiais federais e militares. Os agentes da segurança presidencial, após processo seletivo e treinamento de cerca de um ano e meio, ganham status que é objeto de desejo de quem constrói carreira nas Forças Armadas. Ao **Correio**, alguns confirmaram que há efetivo recrutado para iniciar a missão neste mandato de Lula, que estão se juntando a outros que já têm experiência no trabalho, por terem feito parte das equipes de guarda-costas dos ex-presidentes Dilma Rousseff (PT) e Jair Bolsonaro (PL). Em 2015, a petista decidiu extinguir o GSI, que foi recriado pelo sucessor, Michel Temer (MDB-SP).

A desconfiança iniciada antes mesmo de Lula assumir, pela terceira vez, a Presidência da República, foi inflamada pelos atos criminosos do último dia 8, quando extremistas invadiram o Palácio do Planalto e os prédios do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) e promoveram uma devastação nunca antes vista no país. A guarda do Planalto é competência do GSI, conhecida por seus pares como "pessoal velado", em razão do uso de terno e gravata, com apoio do policiamento ostensivo — efetivo fardado — do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) e do 1º Regimento de Cavalaria de Guardas (1º RCG), unidades do Exército Brasileiro que se revezam para essa atividade e que têm como missão principal proteger as instalações da Presidência da República. O Batalhão de Polícia do Exército em Brasília também colabora no patrulhamento. Os núcleos citados acima não estão sob o guarda-chuva do GSI, mas podem atuar ostensivamente na segurança fazendo, por exemplo, cordão de isolamento do Planalto.

Em conversa com jornalistas, na última quinta-feira, o presidente Lula informou que mantém como ajudantes de ordens, posto tradicionalmente ocupado por militares, servidores de sua confiança. "Eu pego o jornal, e o motorista do (ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional general) Heleno dizendo que vai me matar e que eu não vou subir a rampa. Um outro tenente disse que vai me dar um tiro na cabeça e que eu não vou subir a rampa. Como é que eu vou ter uma pessoa na porta da minha sala que pode me dar um tiro?"

O presidente complementou a fala explicando que seus ajudantes de ordem são militares que estão ao seu lado desde 2010. "Até que a gente adquira uma relação civilizada, é só isso que eu quero", sinalizou sobre a permanência da atual estrutura. Lula declarou estar convencido de que as portas do Planalto foram deliberadamente abertas durante a invasão. "Teve muita gente conivente, da Polícia Militar e das Forças Armadas." Em um vídeo que circulou na semana passada em redes sociais é possível ouvir um integrante da PM do DF, na frente do palácio, pedir que praças do Exército fizessem uma "linha de frente" e clamaram por reforços, diante da iminente invasão por um grande grupo de golpistas. Também pede para que os invasores fossem presos em flagrante.

Carl de Souza/AFP



Lula e Alckmin no desfile de posse: PF no lugar dos militares do GSI

"Estou convencido de que a porta do Palácio do Planalto foi aberta para que gente entrasse porque não tem porta quebrada. Significa que alguém facilitou a entrada deles aqui. Nós vamos, com muita calma, investigar e ver o que aconteceu de verdade", disse o presidente.

Confiança

Professor de direito constitucional da Universidade Mackenzie, Flavio Bastos explica que o presidente da República tem, por lei, a prerrogativa de receber o apoio necessário para sua segurança pessoal, bem como do ambiente que utiliza para governar, a partir das estruturas normativas e administrativas previstas pelas legislação. "Assim, os recursos pessoais e materiais são providenciados pelo GSI, por intermédio da Secretaria de Segurança Presidencial (SPR)."

O docente reforça que a segurança do presidente e do vice é de interesse de toda a população brasileira, diante da necessidade de manutenção da governabilidade, da estabilidade e do comando do país. "Assim, a importância das instituições de Estado que compõem os órgãos de segurança do chefe do Poder Executivo (PF, PRF, PMs, Bombeiros etc), de onde são originários os melhores profissionais indicados e treinados para tal função, é altíssima."

Para Bastos, confiança é a palavra-chave. "Se existe um problema de ausência de confiança sobre o GSI e alguns agentes, é importante que, provisoriamente, sejam apresentadas alternativas para a segurança pessoal do presidente da República, especialmente após a demonstração de que alguns componentes das forças de segurança tenham colaborado, omissivamente ou comissivamente, com a tentativa de golpe de Estado ocorrida no último dia 8 de janeiro. Note-se que servidores que atuavam no próprio Palácio do Planalto parecem ter facilitado a invasão da sede do Poder Executivo."

Suspeitas

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino (PSB-MA), corroborou a tese de que houve conivência de militares nos atos extremistas da Praça dos Três Poderes. "Estamos diante de uma rede que não sabemos ainda a extensão", disse ele, ressalvando que ainda não é possível saber se a inação de agentes públicos foi voluntária ou por omissão. "É uma das linhas de investigação, claro, que a Polícia Federal vai levar adiante, salvo no que se refere a crimes militares. Como testemunha ocular, o que posso dizer é que houve adesão", afirmou. "A dúvida é se foi orientada previamente ou apenas um gesto de simpatia em relação ao golpe de Estado ou antipatia ao governo legitimamente eleito."

Flávio Dino sinalizou que gostaria que o inquérito ficasse com a PF, mas citou que esta atribuição só poderia ser retirada da competência da Justiça Militar por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do STF, relator dos inquéritos que investigam os crimes cometidos na ocasião.

Durante os últimos dias, o ministro da Justiça deu declarações que remetem, também, à inação do então comandante-geral da corporação coronel Fábio Augusto, retirado do cargo e preso, e de Anderson Torres, ex-ministro de Jair Bolsonaro e ex-secretário de Segurança Pública do DF, preso no sábado, ao desembarcar em Brasília vindo de Miami, nos Estados Unidos. Na casa de Torres a PF encontrou a minuta de um decreto que previa o estabelecimento de estado de defesa na Justiça Eleitoral, com a finalidade de suspender os resultados da eleição presidencial e manter Bolsonaro no Poder. Em depoimento voluntário à PF, na sexta-feira, o governador afastado do DF por decisão de Moraes, Ibaneis Rocha (MDB-DF), declarou ter sido uma "surpresa" o pouco efetivo de PMs na Esplanada dos Ministérios no dia dos ataques.

Procurada para se pronunciar sobre as falas de Flávio Dino desta sexta, a assessoria de imprensa do Ministério da Defesa informou que, "em princípio", não havia previsão para que a pasta se manifestasse. A reportagem telefonou para o ministro José Múcio Monteiro, titular da Defesa, mas as ligações não foram atendidas. Na quinta-feira, estava previsto um encontro entre Lula e o ministro do GSI, General Gonçalves Dias. O **Correio** procurou as assessorias de ambos para informações acerca do compromisso, mas, até o fechamento desta edição, também não obteve retorno. Na quinta-feira, o GSI, por meio de nota, informou que "não houve a dispensa do reforço da guarda antes da ação dos manifestantes no Palácio do Planalto" e que "a guarnição de serviço já estava reforçada com a tropa de choque do Batalhão da Guarda Presidencial, compatível com as informações disponíveis naquele momento".

"Descontaminação ideológica"

Na visão do presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), Renato Sérgio de Lima, a desconfiança do presidente em relação aos militares é coerente e justificada. "O GSI precisa passar por um amplo processo de descontaminação ideológica, e os militares precisam lembrar que integram uma carreira de Estado pautada na hierarquia e na disciplina. É inadmissível pensar que militares sintam-se à vontade para confundir preferências pessoais com missão institucional", argumenta.

"Qualquer governante necessita equilibrar a relação com as polícias e os militares. Mas tais forças precisam ter claro que buscar equilibro e respeito não significa dar liberdade para fazer o que bem entenderem. É preciso dar voz de comando e responsabilizar, nos termos da lei, quem não seguir tal voz."

Ex-secretário nacional de Segurança Pública, José Vicente da Silva Filho pondera, contudo, que não há como Lula se desvincular das Forças Armadas, especialmente do Exército, e aponta que há "extremistas em todo lugar." "O Exército é uma instituição extremamente disciplinada, fiel aos seus compromissos em relação às autoridades, têm juramento com isso e uma competência que não tem como ser questionada."

"Insubstituível"

Para Silva Filho, que é coronel da reserva da PM paulista, o GSI é insubstituível nas funções de auxílio e proteção ao presidente e sua família. "É um erro grave que estão cometendo de colocar a Polícia Federal para fazer esse trabalho. A PF tem uma incumbência muito clara: fazer investigação. Não tem a competência necessária para esse tipo de proteção. Isso envolveria, por baixo, uns 200 agentes com uma estrutura já extremamente comprometida e minguada que é a PF."

As críticas à falta de expertise da Polícia Federal à tarefa também é assunto entre militares do GSI. As cenas de policiais federais acompanhando o Rolls Royce na posse presidencial, em 1º de janeiro, são alvo de críticas de integrantes do gabinete ouvidos pela reportagem, que pontuam despreparo para lidar com a segurança do chefe do Executivo. "O Exército tem conexões internacionais, facilidade de mobilização das estruturas de apoio de segurança nos estados com as polícias militares. Uma questão importante é que só o Exército tem capacidade e mobilização de inteligência de âmbito estratégico. As Forças Armadas de maneira geral, mas, principalmente, o Exército têm isso no sentido muito mais amplo. Só o GSI consegue fazer a coordenação de inteligência, ou seja, de informações estratégicas para auxiliar o presidente a tomar essas decisões delicadas", disse um servidor.

Para Marco Aurélio de Carvalho, coordenador do grupo Prerrogativas, no entanto, a decisão de Lula em levar a segurança presidencial para a PF é acertada, já que se trata de "uma área muito delicada e que precisa, evidentemente, estar nas mãos e sob a responsabilidade de pessoas de estrita confiança" do petista.

Conforme ato de Lula publicado no início deste mês, o GSI, ao qual está vinculada a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), é responsável direto por duas funções: a segurança das instalações do Planalto, Granja do Torto e palácios da Alvorada e do Jaburu, e pelas viagens do presidente e vice-presidente, desde a organização dos deslocamentos ao patrulhamento do local onde ambos vão se instalar.

Outra medida que entrou em análise pelo governo Lula é uma eventual retirada da Abin da composição do gabinete militar.

Forum Nacional de Segurança Pública/Divulgação



Renato Sérgio de Lima prega equilíbrio na relação entre PF e GSI

Atualmente, a agência está sendo comandada pelo oficial de inteligência Saulo Moura da Cunha, no cargo de diretor adjunto. O gestor vai ficar à frente da instituição até que seja escolhido um diretor geral definitivo. "Nós estamos no momento de fazer uma triagem profunda porque a verdade é que o Palácio estava repleto de bolsonaristas, de militares, e nós queremos ver se a gente consegue corrigir para que possa colocar funcionários de carreira, de preferência civis, ou que estavam aqui ou que foram afastados, para que isso se transforme em um gabinete civil", complementou Lula na conversa com a imprensa.